



AS ESCOLAS MODERNAS DE SÃO PAULO E O ENSINO DE ARTES: REFLEXÕES PARA A HISTÓRIA DA ARTE/EDUCAÇÃO NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA ANARQUISTA

Levi Fernando Lopes Vieira Pinto¹ – UNESP

Grupo de trabalho de Fundamentos – GT-1: Teoria, História, Crítica, Estética

Resumo

O movimento anarquista chegou ao Brasil graças ao intenso fluxo imigratório estimulado já no final do século XIX, sobretudo com a chegada de portugueses, espanhóis e italianos. Com a gradativa reconfiguração da economia brasileira, que aos poucos se industrializava, uma classe de trabalhadoras e trabalhadores começava a surgir nos centros urbanos do Brasil, sobretudo em São Paulo. As péssimas condições de vida desses trabalhadores passaram a ser denunciadas por este grupo imbuído com o pensamento anarquista e propuseram inúmeras ações de resistência. Uma dessas ações foi a fundação das escolas libertárias, influenciadas pelas escolas já existentes na Europa. Este trabalho tem como principal objetivo refletir sobre essas escolas, mas com especial atenção as Escolas Modernas n.1 e n.2 fundadas na cidade de São Paulo em 1913, procurando investigar a presença do ensino de artes nesses espaços. Artes porque as Escolas Modernas se propunham a buscar uma “educação artística intelectual e moral” e despertar o “sentimento do belo, do verdadeiro e do bom” através “das ciências e das artes”. Além disso, as histórias das Escolas Modernas permanecem marginalizadas da história oficial e encontra dificuldade em penetrar na história da educação e da arte/educação. Ainda que não possamos falar em arte/educação nesse período, os documentos da época nos mostram a existência de disciplinas como desenho e música em suas atividades pedagógicas. Para a realização deste trabalho, está sendo realizada uma pesquisa em documentos como jornais e periódicos anarquistas do período do funcionamento das Escolas, além da consulta da bibliografia referente ao pensamento anarquista e da educação libertária.

Palavras-chave: Educação libertária. Ensino de artes. História da arte/educação.

Introdução

Controverso, o anarquismo é uma ideologia marcada na história por inúmeros preconceitos ao entorno do seu significado. É comum o uso pejorativo de anarquia como sinônimo de desordem ou bagunça. Uma das narradoras do livro da Ecléa Bosi, num dado momento, nos conta: “Lembro de uma vizinha dizendo para mamãe: ‘Acho que tenho um vizinho que é anarquista...’. Era o mesmo que dizer bandido, assaltante” (1994, p. 289). Isso

¹ Mestrando em Arte/Educação na linha de pesquisa em processos artísticos, experiências educacionais e mediação cultural pelo programa de pós-graduação do Instituto de Artes da UNESP (Campus São Paulo). Graduado em Licenciatura em Música pela mesma instituição. Integrante do GPIHMAE (Grupo de Estudo e Pesquisa em Imagem, História, Mediação, Arte e Educação). E-mail: levi.papageno@gmail.com



já nos anos de 1911, onde o anarquismo ainda era algo novo no Brasil: seu pensamento começou a ser amplamente divulgado pelas trabalhadoras e trabalhadores europeus que chegaram ao país no final do século XIX. O movimento anarquista no Brasil desenvolveu um papel importante na luta da classe proletária ainda em formação na então recém república, como veremos a seguir.

O preconceito a respeito do anarquismo já não era novidade. Pode-se dizer que também foi importado do reacionarismo europeu. Essa associação a desordem e bagunça nasce da própria etimologia da palavra. Na quarta edição do jornal anarquista chamado *A Vida*, no ano de 1915, há um artigo a respeito da definição da palavra e do movimento anárquico:

Segundo a sua etimologia, a palavra *Anarquia* significa estado dum povo que não tem governo. Um prejuízo bastante desenvolvido, consistente [sic] em crer que um estado tal deve forçosamente enjendar a revolta e a confusão nas relações sociais, tem feito com que comumente se adotasse a palavra *Anarquia*, como sinônimo de desordem. [...] Anarquia, em filosofia positiva, é a concepção dum estado social em que o indivíduo, dono e soberano de sua pessoa, se desenvolveria livremente e no qual as relações sociais se restabeleceriam entre os membros da sociedade segundo as suas simpatias, as suas afeições e as suas necessidades sem constituição de autoridade política. Numa palavra, a Anarquia é a negação do Estado, sob qualquer forma que se apresente, substituído pela iniciativa individual exercendo-se diversamente e harmonicamente (A VIDA, 1915).²

Os anarquistas também são reconhecidos como libertários, uma vez que a liberdade é a principal bandeira do movimento. Para estes, a liberdade é uma construção social e contrapõem-se a ideia de liberdade como algo natural. Não nascemos livres, mas nós a construímos na medida em que convivemos com o outro. Por isso, a educação desempenha um papel fundamental para os anarquistas: a escola é esse lugar em potencial que permitiria, através do compartilhamento do conhecimento, o desenvolvimento integral e racional dos seres humanos e em conjunto, ou seja, através de um sentimento de solidariedade – sentimento base na sociedade ideal anarquista.

Algumas escolas declaradamente libertárias nascem no século XIX trazendo novos olhares e reflexões sobre educação e que chegaram a antecipar algumas questões que serão temas de pesquisa de educadores e pedagogos não anárquicos na terceira década do século

² Para o presente trabalho, optamos por preservar a grafia da época.



XX, como o movimento Escolanovista e o Construtivismo nos anos de 1960. Sébastien Fauré desenvolveu e aplicou o conceito de educação integral na experiência da “A Colmeia”, já abordado por Proudhon e Bakunin em obras relacionadas a educação. Francisco Ferrer y Guardia, anarquista espanhol, defendia o conceito da educação racional e aplicou na *Escuela Moderna* de Barcelona. Em ambas as experiências podemos identificar outras formas de pensar a educação das crianças, a importância da psicologia no processo pedagógico e o papel do jogo como ferramenta de aprendizado (MARCONI; NETO, 2011). Além disso, conteúdos relacionados as artes estavam igualmente presentes nas propostas anarquistas, já que ela tem igual importância no processo de ensino integral e racionalista defendido por esses dois militantes que inspiraram as experiências educacionais libertárias no Brasil. As Escolas Modernas de São Paulo proclamavam uma “educação artística intelectual e moral”. As escolas públicas de então defendiam o ensino de desenho e de música, mas estavam fortemente impregnadas pelos ideais positivistas (BARBOSA, 2012). Como a arte se configurava no contexto das Escolas Modernas de São Paulo? Havia uma contraposição as práticas institucionais vigentes?

Para a realização deste trabalho, além da pesquisa em livros referentes ao assunto, pesquisamos também os periódicos anarquistas que circulavam na época e que se encontram no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), localizado na praça da Sé.

Olhando para a história: a República Velha

No final do século XIX, a sociedade brasileira viu-se diante dos novos ares políticos que, em princípio, parecia modernizar suas instituições num contexto em que se mantinha atrasado em relação aos seus vizinhos. Exemplo disso é o fato do Brasil ter sido o último país da América Latina a abolir o sistema de escravidão, em 1888. No ano seguinte, em 1889, finalmente o ideal republicano ganha seu espaço até que se estabelece o que conhecemos hoje como Primeira República ou República Velha. A proclamação da República gerou desdobramentos em níveis políticos, econômicos e sociais. Segundo Nagle, a “imigração foi elemento importante na alteração do mercado de trabalho e das relações trabalhistas, e representou uma nova modalidade de força de trabalho, qualitativamente diferente daquela formada nos quadros da produção escravagistas” (1974, p.24).



Com o processo de industrialização, os imigrantes passaram então a se deslocar para os centros urbanos. Logo, tal surto permitiu o surgimento de uma burguesia industrial e também de um operariado, ou ainda, numa classe proletária. Mas esses imigrantes que começaram a se configurar como proletários trouxeram consigo ideias sociais que se difundiriam significativamente nas lutas de classe que marcariam os diversos movimentos ocorridos nesses primeiros quarenta e um anos de República.

Nesse contexto, o anarquismo penetrou nas terras brasileiras com a chegada dos imigrantes já no final do século XIX, sobretudo com a chegada dos italianos, espanhóis e portugueses (RODRIGUES, 1992). Com a industrialização, começaram a surgir sindicatos e associações operárias que auxiliaram a propagação do movimento anarquista. Em São Paulo, a forte presença de italianos levou as concepções anarquistas para dentro das fábricas e começaram um amplo processo de propaganda e difusão do anarquismo através de periódicos como: *Gli Schiavi Bianchi* (1892), *L'Asino Umano* (1892) e *L'Avvenire* (1894). Ligado a ideia de ação direta, o anarquismo, no Brasil, manifestou-se em:

[...] lutas reivindicatórias e de comícios; especificamente, manifestou-se na organização dos movimentos grevistas [...]. O movimento anarquista no Brasil, portanto, se desenvolve nas praças públicas e organizações de classe, e é dirigido sobretudo por líderes estrangeiros [...] (NAGLE, 1974, p. 37).

Dentro desse movimento de contestação e reivindicação, os militantes anarquistas trouxeram para discussão as ideias da educação libertária. Contrapondo-se a qualquer modelo tradicional e atuante de pedagogia e instituição escolar da época, a educação libertária colocava-se (e ainda se coloca) como uma das principais formas de ação direta do movimento anarquista. No Brasil, a República não trouxe nenhuma mudança significativa para a educação. Após a proclamação, ainda em nível de Governo Provisório, a preocupação do novo regime político em relação à educação parece ter sido apenas na mudança do nome das instituições:

Entre os decretos e decisões colocados em vigor a partir da data da Proclamação, deve ser mencionado o de nº 9, assinado em 21 de novembro e que alterava a

denominação de vários estabelecimentos oficiais, suprimindo-se o título de imperial do Instituto dos Meninos Cegos, do Observatório, da Academia de Medicina, do Liceu de Artes e Ofícios e, até mesmo, da “catedral do bispado do Rio de Janeiro”. O Colégio Pedro II adotou o nome de Instituto nacional de Instrução Secundária [...].

Em 12 de Janeiro de 1890, o Conservatório de Música passaria a chamar-se Instituto Nacional de Música (Decreto nº 143) (NISKIER, 1996, p. 178-179).

Nesse sentido, a crítica que se faz na época é justamente quais mudanças foram trazidas com o Governo Provisório republicano. Porém, nos anos subsequentes haveriam reformas na educação sempre influenciadas pelas forças ideológicas que disputavam seu lugar no novo cenário político, ou seja, o liberalismo e o positivismo. Destaco no presente trabalho as mudanças ocorridas no ensino de música e em desenho, sendo que ainda não é possível falarmos em arte/educação, uma vez que o desenho era disciplina artística. O ensino de música já era presente nas escolas públicas brasileiras desde 1854, por um decreto que definia a prática musical no espaço escolar através de “exercícios de canto”, o que possivelmente asseguraria algumas “noções de música”. Possivelmente, uma vez que o documento não traz nada mais informações do que isso. Porém, com a República “foi dado outro passo em direção ao ensino de música na escola” pois, pela primeira vez se passou a exigir a formação de profissionais de música, mas isso não representou o desenvolvimento e fortalecimento da área (FONTERRADA, 2008, p. 210). Assim como no ensino de desenho que, em 1901, com a reforma da educação e amparada pelo código Epiácio Pessoa – reforma fortemente liberal –, conseguiu instituir uma diretriz para o desenho na escola secundária (BARBOSA, 2015).

É importante destacar também que o acesso à educação, de forma geral, sobretudo ao ensino público, contava em sua grande maioria pela classe média, como atesta o relato de Paschoal Lemme:

As poucas escolas públicas existentes nas cidades eram frequentadas pelos filhos das famílias de classe média. Os ricos contratavam preceptores, geralmente estrangeiros, que ministravam aos seus filhos o ensino em casa, ou os mandavam a alguns poucos colégios particulares, leigos ou religiosos, funcionando nas principais capitais, em regime de internato ou semi-internato [...] (LEMME *apud* GHIRALDELLI JR, 2009, p. 36)³.

³ Ghiraldelli, ao utilizar-se mais amplamente dessa fala de Lemme, traz uma informação significativa a respeito do autor. Essa citação faz parte do livro de *Memórias* (1988).



Nesse contexto, o Estado de São Paulo, que era considerado o mais rico da época, não conseguia dar acesso a todos nas escolas. Ghiraldelli mostra que em 1920, São Paulo “não atingia mais que 28% da população em idade escolar; para cada quatro crianças em idade escolar, uma era analfabeta”. É nesse quadro que o anarquismo enquanto movimento de luta social ganha espaço também na educação. A Escola Moderna de Ferrer y Guardia, inaugurada em 1901 em Barcelona, claramente libertária e fundada nos princípios da educação racional⁴, chegou ao Brasil e, por consequência, desdobrou-se na abertura de inúmeras escolas libertárias em várias regiões do país⁵.

As Escolas Modernas de São Paulo e o ensino de artes

No dia 25 de outubro de 1913, o periódico *A Lanterna* trazia um pequeno artigo em que descrevia a festa de inauguração das Escolas Modernas de São Paulo. No breve relato, sabe-se que “os pequenos cantaram os hinos escolares e recitaram bem escolhidas poesias”. Na mesma edição, no final do periódico há uma seção de anúncios onde, dentre eles, se encontra uma pequena divulgação da Escola Moderna nº 1. Nele estão contidas informações como valores, horários das aulas e também as disciplinas que serão ministradas. Pelo próprio anúncio, assinado pelo João Penteado, fica-nos claro a forte influência de Ferrer, já que o professor declara que a escola está fundada num ensino racional. A influência do ensino racional fica mais evidente na descrição do programa:

⁴ O ensino racional está fortemente ligado fortemente ao ensino das ciências e de todos os conhecimentos já produzidos pela humanidade. É uma proposta pedagógica “fortemente calcada nas ciências naturais (com profunda influência, pois, da filosofia positivista), mas atenta aos problemas sociais (o que, por sua vez, a afastava daquela ideologia) [...]. Um processo que eduque pela razão, para que cada ser humano seja capaz de raciocinar por si mesmo, conhecer o mundo e emitir seus próprios juízos de valor, sem seguir nenhum mestre, nenhum guia. Não pense, porém, que ele defendia um racionalismo extremado. Para ele, o ser humano não é apenas razão, mas um composto de razão, vontade, desejo e afeto, e um processo pedagógico não pode negligenciar nenhum desses aspectos” (GALLO *apud* GUARDIA, 2014, p. 13).

⁵ Carmen Sylvia Vidigal (2013) chama-nos a atenção para essas escolas a partir do levantamento realizado por Edgar Rodrigues (1992): “Uma primeira ocorrência [das escolas libertárias aqui no Brasil] foi a Escola União Operária, fundada no Rio Grande do Sul em 1895, provavelmente originária da iniciativa dos ex-integrantes da Colônia Cecília, como indica Rodrigues, seguida da criação, também naquele estado, na cidade de Porto Alegre, de uma outra escola fundada em homenagem a Élisée Reclus, a Escola Élisée Reclus, local que o militante anarquista teria visitado em sua passagem o Brasil. E, São Paulo, a Escola Libertária Geminal surgiu em 1903, e seguia o método da Escola Moderna de Barcelona. Na cidade de Santos, a União Operária dos Alfaiates teria fundado, em 1904, a Escola Sociedade Internacional, e a Federação Operária, a Escola Noturna, em 1907”.



O programa com que foram iniciados seus trabalhos consta de *portuguez*, aritmetica, geografia, historia do Brazil e princípios de sciencias naturais. O seu programa, todavia, como está determinado, será ampliado de acordo com as necessidades futuras e com a aceitação que o ensino racionalista for merecendo da parte dos homens livres da capital e do interior do Estado. O director, João Penteado (A LANTERNA, 1913)

Ou seja, a ampliação futura do currículo estaria ligada às bases do ensino racionalista elaborada por Ferrer. Mas, se na Escola Moderna n. 1 não há referência ao ensino de desenho e música, disciplinas já desenvolvidas na educação formal republicana, o anúncio da Escola Moderna n. 2, dirigida por Adelino de Pinho, anuncia as práticas da educação integral através de uma “educação artística intelectual e moral: conhecimento de tudo aquilo que nos rodeia. Conhecimento das sciencias e das artes. Sentimento do belo, do verdadeiro e do real [...]”. É neste ponto que fica explícito a presença, ao menos, de um conteúdo artístico nas escolas: adiante, ao apresentar o currículo da escola, o desenho é citado.

Os boletins das Escolas, até o momento de realização desta pesquisa, foram os únicos a possibilitar a investigação da presença da linguagem artística. A imprensa desempenhava um papel fundamental não somente para as escolas, mas para o movimento anarquista como um todo, já que ela servia como ferramenta de divulgação e propagação de suas ações, além de possibilitar a arrecadação de fundos para a manutenção de seus projetos.

A Escola Moderna contou com dois periódicos: O Início e, posteriormente, o Boletim da Escola Moderna. Cabe ressaltar que o primeiro periódico era confeccionado pelas próprias alunas e alunos da Escola, enquanto que o Boletim tinha mais a finalidade de divulgar as ideias do ensino racionalista proposta por ambas as escolas. A essa observação, podemos ler nas palavras da própria redação da primeira edição do Boletim, no qual nos diz:

O Inicio, publicação dos alumnos desta escola, que devia hoje reaparecer, ficou substituido pelo *Boletim da Escola Moderna*, em virtude de não ser possível a publicação dos dous jornaes, que embora pequenos, accarretar-nos-iam despesas além das possibilidades no momento actual.

Isso, porém, não impede de tornar a fazer-se a publicação d’*O Inicio*, mais tarde, quando a s cousas melhorarem.

E é esse o nosso desejo, porque entendemos que os alumnos tambem precisam de exercitar-se na imprensa, afim de se habilitarem para a luta do pensamento na sua cooperação para ao progresso moral e intelectual da Humanidade.

Ahi fica, pois, a explicação (BOLETIM DA ESCOLA MODERNA, 1918).



Por isso, para levantar informações referente ao dia-a-dia da escola, recorreremos ao periódico *O Início*, enquanto que para informações gerais sobre as mesmas, recorreremos ao *Boletim da Escola Moderna*.

Na mesma edição do Boletim, encontramos uma pequena nota em referência as disciplinas lecionadas na Escola Moderna n.1 e traz, precisamente, o nome da professora de desenho: “As aulas de desenho se acham a cargo da distinta professora d. Isabel Ramal, digna presidenta da Associação Artística Feminina do Braz” (BOLETIM DA ESCOLA MODERNA, 1918).

É importante destacar aqui também que essa edição do Boletim é de outubro de 1918, ou seja, essa informação aparece cinco anos após a fundação das escolas. As edições n. 2 e n.3 do Boletim, no entanto, não mais se referem as disciplinas de desenho. Porém, até o presente momento, não encontramos quaisquer referências a respeito da professora Isabel Ramal e também da Associação Artística Feminina do Brás.

Em relação ao ensino de música, especulamos a sua existência enquanto disciplina a partir de três evidências: a primeira são as festas e quermesses das Escolas; a segunda evidência está relacionada aos exercícios escolares de descrição e a terceira é o anúncio de uma aula de música.

As festividades e quermesses das Escolas eram parte de suas rotinas e elas tinham como objetivo ser um complemento pedagógico às atividades realizadas em sala de aula e integrar a família. No anúncio de divulgação da Escola Moderna n. 2 no jornal *A Rebelião*, de 1914, lê-se:

Na tarefa de educação tratar-se-a de estabelecer relações permanentes entre a família e a escola, para facilitar a obra dos pais e dos professores.
O meio para criar estas relações serão as reuniões em pequenos festivaes, nos quaes se recitará, se cantarã, e se realizarão exposições periodicaes dos trabalhos dos alunos; entre os alunos e os professores haverá palestras a proposito de varias materias, onde os pais conhecerão os progressos alcançados pelso alunos.
Para complemento do nosso programa de ensino organizar-se-hão sessões artisticas e conferencias scientificas (A REBELIÃO, 1914).

Cabe ressaltar que as Escolas já anunciavam a presença de um museu e de uma biblioteca como forma de contribuir pedagogicamente tanto para os professores como para os



alunos⁶, na qual falaremos adiante. As festas e quermesses eram sempre divulgadas nos jornais através do programa das atividades. Ao considerarmos esses eventos como forma de divulgarem suas atividades para os pais, podemos observar que, no campo do ensino de música, é forte o indício do canto coral. Na construção de uma cronologia das representações de teatro nos espaços libertários elaborado por Edgar Rodrigues (1992), chamou-nos a atenção o convite para a “Grande Festa Escolar e Quermesse” que foi realizada em janeiro de 1914:

Grande Festa Escolar e Quermesse

- Escola Moderna nº 1 – Belemzinho, 18 de janeiro – às 15h30 min.,

1- *Hino dos Trabalhadores* – pela corporação musical “Colonial Paulista”;

2- Conferência sobre o tema “Escola Moderna e problema social”, pelo professor da respectiva escola;

3- *Instrução* (hino), pelos alunos;

4- *O Papão* (recitativo), original de Guerra Junqueiro, pela aluna Antonieta Moraes;

5- *O Ratinho* (recitativo), pelo aluno Paulo Moreno;

6- *Amanhecer* (hino), pelos alunos;

7- *Os Três Reinos* (recitativos), pelo aluno Bruno Bertolaccini;

8- *O Vagabundo* (recitativo), pelo aluno Abel Tozzato;

9- *Conheço Uma Fada* (hino), pelos alunos;

10- *As Toupeiras e a Águia* (recitativo), pelo aluno Manuel Huche;

11- *A Gota de Orvalho* (recitativo), pela aluna Irma Bertolaccini;

12- *Canto dos Operários* (hino), pelos alunos, original de Neno Vasco;

13- Quermesse (RODRIGUES, 1992, p. 164).

O que nos chamou a atenção nesse anúncio foi a quantidade de hinos alternados a recitação de poema. Nota-se que os hinos são executados “pelos alunos”, ou seja, possivelmente na formação coral. Mas não é só este programa que constam a execução de hinos. Há também notícias em outros jornais anarquistas que se referem a outros eventos: na edição de n. 214 (25 de outubro de 1913) do periódico *A Lanterna*, numa pequena reportagem sobre a inauguração das Escolas Modernas, sabe-se que as crianças encerraram o evento com canto de hinos. Atualmente, sabe-se que chegou a existir um “Hinário da Escola Moderna nº 1”, que pertencia ao aluno César Cavassi, mas só restou o seu sumário.

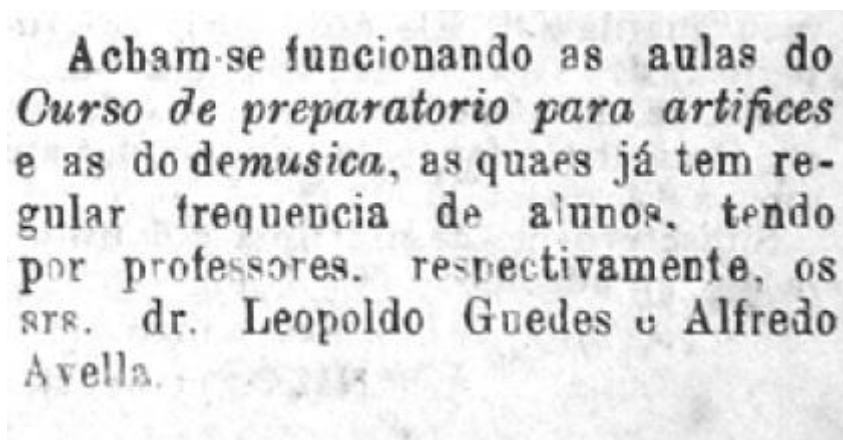
A segunda evidência que marca o indício da presença de música na escola está registrada em uma atividade descritiva de um dos alunos. Como dito anteriormente, as

⁶ Pouco restou da biblioteca e do museu, mas algumas das peças e obras de ambos encontram-se no Centro de Memória da Educação (CME/USP) e na Unidade Especial de Informação e Memória (UEIM/UFSCAR), sendo que esse último tem um acervo exclusivo do material de João Penteadó.

Escolas contavam com a publicação de dois periódicos: *O Início* e o *Boletim da Escola Moderna*. O primeiro era confeccionado pelos próprios alunos e neles eram publicados os exercícios de redação feitos em sala de aula. Um desses exercícios era o de “descrição”: a aluna ou o aluno deveria descrever o que via na sala ou na sua casa no momento de realizar o exercício. Na terceira edição do periódico (19 de agosto de 1916), o aluno Guilherme Sanches Garcia, ao descrever uma das salas da Escola Moderna n.1 cita a presença de um piano: “Eu vejo nesta sala de aula duas mesas, quatro bancos, duas cadeiras, tres janelas, um quadro-negro, duas estantes, [...] 40 figuras, quatro retratos, um globo, 15 carteiras, uma mesa, um piano e um copo” (O INÍCIO, 1916).

Ainda nessa edição, encontramos um pequeno anúncio de um curso regular de música, ministrada pelo professor Alfredo Avella, o que nos surgiu como uma terceira evidência. Porém, não encontramos até o momento nenhum material bibliográfico que se refira a Avella ou algo que possa descrever o seu curso de música.

Fig.1. Anúncio dos cursos de artefices e música na Escola Moderna n.1 e seus respectivos professores.



Fonte: O Início, 1916.

Cabe reforçar ainda que as práticas relacionadas ao ensino de artes, em geral, não estavam restritas a sala de aula, mas se abriam a outros espaços nas quais os alunos, professores e também a família poderiam transitar para as mais diversas modalidades. Como dito anteriormente, as escolas contavam com um museu próprio e também com uma biblioteca que oferecia uma vasta literatura e nos mais diversos assuntos. Além disso, João



Penteado contava também com um Cine Educativo e que continuou mesmo após o fim das Escolas Modernas, na Academia Saldanha Marinho, que preservou basicamente todas as propostas pedagógicas desenvolvidas nas antecessoras (MORAES, 2013).

A presença do teatro social como ferramenta de divulgação e propaganda do ideal libertário parece indicar a presença do teatro como disciplina escolar. Porém, não é o propósito deste trabalho desenvolver maiores detalhes a respeito do cinema e do teatro nesses espaços, mas é importante destacar que, enquanto componentes da arte, elas estavam presentes e com propósitos bem definidos.

Conclusão

Não há dúvidas que o ensino de artes esteve presente nas Escolas Modernas de São Paulo. Mas, até o presente momento não foi encontrado registros ou descrições das aulas de desenho e música que pudessem vir contribuir para reflexões de suas práticas até mesmo para efeito de comparação em relação ao ensino oficial. Ou seja, em que medida essas disciplinas nas escolas libertárias conseguiram romper com as práticas já vigentes na época?

Vimos que a República Velha foi marcada pela confluência do pensamento liberal e positivista que, inclusive, no ano de 1911 – dois anos antes da abertura das Escolas Modernas de São Paulo – houve uma nova reforma na educação que “radicalizou as propostas positivistas e tornou vitoriosa a tese da descentralização completa do ensino, política defendida pelos positivistas desde a proclamação da República [...]” (BARBOSA, 2012, p. 86). Destacamos porque o pensamento de Ferrer, que tanto influenciou as Escolas Modernas de São Paulo, ao estruturar o que chamou de “ensino racionalizado” mantinha pontos de contato com o positivismo. Por isso, um dos questionamentos que nos fica é: em que medida a ideologia positivista, ainda que em menor grau, não influenciou especificamente a forma de como os conteúdos de artes foram desenvolvidos nas Escolas Modernas de São Paulo? No caso do desenho, não encontramos algo que pudesse indicar os conteúdos desenvolvidos nesses espaços, mas em música encontramos evidências na qual pudemos supor que era trabalhado através do canto, prática que não diferia muito das escolas normais.

Encerramos este trabalho com a esperança de que ele possa servir de estímulo para reflexões relacionadas não só a educação libertária, mas também para gerar novos olhares



sobre o ensino de artes através de uma nova perspectiva da história da arte/educação, marginalizada e esquecida pela história oficial. Acreditamos que olhar para as práticas anarquistas pode vir a contribuir não só para evitar seu esquecimento histórico, como também lançar luz a outras metodologias no ensino de artes que podem refletir aos processos educacionais devido a atualidade de seu pensamento.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Ana Mae. **Arte-educação no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- _____. **Redesenhando o Desenho: educadores, política e história**. São Paulo: Cortez editora, 2015.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. **De Tramas e Fios: um ensaio sobre música e educação**. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: Funarte, 2008.
- GHIRALDELLI Jr, Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez 2009.
- GALLO, Silvio. “Prefácio”. In.: GUARDIA, Francisco Ferrer y. **A Escola Moderna**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2014.
- MARCONI, Juliana Guedes dos Santos; NETO, Luiz Bezerra. **A Atualidade da metodologia anarquista de educação: reflexões acerca do construtivismo e da pós-modernidade**. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí – UFG, Goiás, vol.1, n.1, p.1-12, 2011.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal (org). **Educação Libertária no Brasil: acervo João Penteadó: inventário de fontes**. São Paulo: Fap-Unifesp: Edusp, 2013.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo: EPU, 1976.
- NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira: 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.
- RODRIGUES, Edgar. **O Anarquismo na escola, no teatro, na poesia**. Rio de Janeiro: Achiamé editora, 1992.

Periódicos

- A Lanterna – 1913
A Vida – 1915
Boletim da Escola Moderna – 1918
O Início – 1916